



Número: **0802402-88.2017.8.15.0371**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **7ª Vara Mista de Sousa**

Última distribuição : **07/07/2017**

Valor da causa: **R\$ 9.450,00**

Assuntos: **SEGURO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DAVI GONCALVES SARMENTO (AUTOR)		JOSE ORISVALDO BRITO DA SILVA (ADVOGADO)	
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
8616271	07/07/2017 13:09	Petição Inicial	Petição Inicial
8616286	07/07/2017 13:09	INICIAL	Documento de Identificação
8616314	07/07/2017 13:09	PROCURAÇÃO	Procuração
8616337	07/07/2017 13:09	DECLARAÇÃO	Documento de Comprovação
8616356	07/07/2017 13:09	DOCS PESSOAIS	Outros Documentos
8616374	07/07/2017 13:09	DOCS DIVERSOS	Outros Documentos
9623988	28/09/2017 09:22	Despacho	Despacho
16171118	24/08/2018 11:37	Expediente	Expediente
16690562	19/09/2018 15:27	Petição	Petição
16690597	19/09/2018 15:27	DECLARAÇÃO 2016 DAVI	Documento de Comprovação
16690611	19/09/2018 15:27	DECLARAÇÃO 2017 DAVI	Documento de Comprovação
16690618	19/09/2018 15:27	DECLARAÇÃO 2018 DAVI	Documento de Comprovação
21140377	28/06/2019 16:18	Despacho	Despacho
23539213	15/08/2019 10:33	Expediente	Expediente

PDF



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA
COMARCA DE SOUSA – ESTADO DA PARAÍBA –PB.**

DAVI GONÇALVES SARMENTO, brasileiro, solteiro, auxiliar de vigilância sanitária, portador do documento de identificação RG/SSP/PB-2863267 e com inscrição no CPF/MF-056.124.554-10, filiação: João Nestor Sarmento e Sonia Maria Gonçalves Sarmento, residente e domiciliado no Sítio Jardim s/nº. Área Rural de Lastro - PB, CEP 58.820-000, deixa de indicar endereço eletrônico por não possuir, usando para esse fim o de seu patrono **e-mail:josebritoadvogado@hotmail.com** vem por meio de seu advogado, infra-assinado, com fulcro no artigo 318 do novo CPC, propor

**ACÃO PELO PROCEDIMENTO COMUM DE
COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO
DE DANOS PESSOAIS DPVAT**

em face de **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua João Bernardo de Albuquerque nº. 62 sala 105, Tambiá, João Pessoa - PB. CEP 58.020-565, pelas razões de fato e de direito que passam a expor:

DAS PRELIMINARES

I - DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA

Inicialmente, a parte autora solicita a V.Exª se digne a deferir a Gratuidade de Justiça, na forma dos artigos 98 e seguintes do novo CPC, eis que não possui condição financeira para arcar com o ônus da presente demanda, sem que tal dispêndio traga, para si e sua família, prejuízo de subsistência.

Rua Miguel Couto 251, Edifício Vina Del Mar, 7º. Andar, Sala 705, Centro, J. Pessoa – PB.



DOS FATOS

Consoante comprova a inclusa documentação, a parte autora foi vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia 29 de março de 2016, de 2015, O QUE LHE CAUSOU POLITRAUMATISMOS, LESÕES E POSSÍVEL FRATURA EM MEMBRO INFERIOR DIREITO, LESÕES E POSSÍVEL FRATURA EM PÉ DIREITO, ACARRETANDO-LHE SEQUELAS PERMANENTES, como demonstra a documentação médica em anexo.

Registre-se, que não consta pagamento administrativo do sinistro 3160/552645, pela seguradora, motivo pelo qual solicita a parte autora, V.Exa., designe e nomeie perito médico a ser indicado por este douto Juízo, a fim de que o Ilustre Expert, possa aquilatar as lesões bem como sua extensão de que padece a parte autora em razão do acidente em que foi vítima .

Como é sabido a Lei 11.945/09, estabeleceu tabela para quantificação das lesões de cada membro atingido. Na hipótese, a parte autora sofreu politraumatismos, fratura em membro inferior, fazendo jus, portanto, à totalidade do valor previsto na mencionada tabela, não se opondo seja abatido qualquer valor que a seguradora comprove ter já pago.

DA CONCILIAÇÃO OU MEDIAÇÃO

Muito embora a parte autora tenha sempre o interesse em conciliar, no caso concreto, como a experiência demonstra a seguradora ré jamais concilia, o que torna inútil a designação de audiência para esta finalidade. Desta forma, nos termos do parágrafo 5º do artigo 334 do novo CPC, a parte autora declara seu desinteresse na designação de audiência com a finalidade de conciliação ou mediação.

DO PEDIDO

Face ao exposto, a parte autora requer o deferimento da **GRATUIDADE DE JUSTIÇA**, bem como a seja a prestação Jurisdicional entregue da seguinte forma:

- a) **determine a citação da seguradora-ré, para, querendo, responder aos termos da presente, sob pena de revelia e confissão, bem como na forma do artigo 334, do Par.4, II e Par.5º do NCPC, a parte autora, declara seu desinteresse na designação de audiência com a finalidade de conciliação ou mediação, e que, após análise dos requisitos e pressupostos processuais, seja marcada a perícia médica, visando os princípios da celeridade processual e duração razoável do processo;**
- b) **seja a ré CONDENADA ao a pagar o valor de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), corrigida monetariamente e acrescida de juros de mora de 1% ao mês a partir da data do evento danoso.**

Rua Miguel Couto 251, Edifício Vina Del Mar, 7º. Andar, Sala 705, Centro, J. Pessoa – PB.



c) seja a ré, ainda, CONDENADA ao pagamento das custas processuais e juros, onde couber, bem como em honorários advocatícios em valor não inferior a 20% sobre o valor da condenação.

DAS PROVAS

Requer a parte autora como provas, todas as em direito admitidas, em especial, prova pericial médica e documental superveniente, se necessário for.

DO VALOR DA CAUSA

Dá-se à causa o valor de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais).

DAS PUBLICAÇÕES E INTIMAÇÕES

Por fim, em cumprimento ao art. 287 do novo CPC, o autor informa que receberá todas as intimações referentes a este processo no endereço constante no rodapé, **e-mail: josebritoadvogado@hotmail.com**, requer ainda, que todas as publicações sejam efetuadas exclusivamente em nome do advogado Dr. Jose Orisvaldo Brito da Silva, OAB/RJ 57.069, sob pena de nulidade, esperando deferimento.

Pede Deferimento.
Salvador, 18 de maio de 2017.

Jose Orisvaldo Brito da Silva
OAB/RJ 57.069

Rua Miguel Couto 251, Edificio Vina Del Mar, 7º. Andar, Sala 705, Centro, J. Pessoa – PB.



PROCURAÇÃO

Outorgante (s):

DAVI GONÇALVES SARMENTO
BRASILEIRO, SOLTEIRO, AUX de
VIGILÂNCIA SANITÁRIA, IDENTIFICA
CTO 2803267-SSP/CPF: 056.724.
554-10, RESIDENTE, SÍTIO MARDIM, S/Nº
ÁREA RURAL - LASTRO - PB CEP: 58.820-000

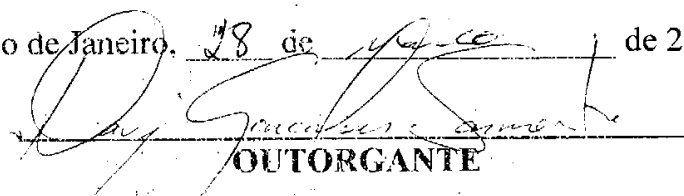
Outorgado (s):

JOSÉ ORISVALDO BRITO DA SILVA,
brasileiro, divorciado, advogado, inscrito na
OAB/PB sob o n.º 21.745, com escritório situado
Av. João Machado, n.º 553, sala 404, Centro, João
Pessoa - PB. Cep: 58.013-520, e-mail
josebritoadvogado@hotmail.com.

Poderes:

Os da cláusula *ad judicia et extra* e os especiais,
para ajuizamento de Ação de Cobrança do Seguro
DPVAT, podendo para tanto, acordar, discordar,
transigir, desistir, receber, passar recibo, dar
quitação, endossar cheque, inclusive receber
Mandado de Pagamento no Banco do Brasil e/ou
Caixa Econômica Federal, além de substabelecer
com ou sem reserva de poderes e usar de todos os
meios em direito permitidos, para o bom e fiel
cumprimento do presente mandato.

Rio de Janeiro, 28 de fev de 2017.


OUTORGANTE

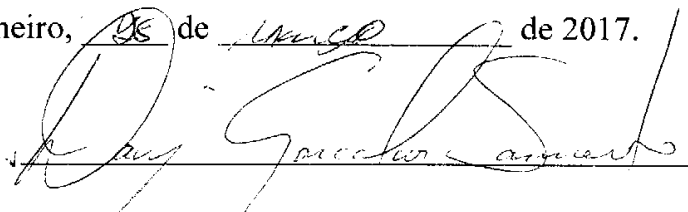


DECLARAÇÃO

DAVI GONCALVES SARMENTO
BRASILEIRO SOLTEIRO, AUX. DE VIGILANCIA SANITARIA
IDENTIFICACAO, 2863267-SSP/PB, CPF 056 724.554-10
RESIDENTE SÍTIO JARDI, S/AZ. AREA RURAL DE
2 AS TRO - PB, CEP: 58 820-000

DECLARA para fins de prova, que não possui condições financeiras para arcar com as custas do processo, estando nas exatas condições da Lei nº 1.060/50, carecendo, pois, dos benefícios da **GRATUIDADE DE JUSTICA**.

Rio de Janeiro, 08 de Junho de 2017.



JOSE ORISVALDO BRITO DA SILVA, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/PB sob o n.º 21.745, com escritório situado Av. João Machado, nº 553, sala 404, Centro, João Pessoa – PB, Cep: 58.013-520, **DECLARA** para os devidos fins de direito, que não está cobrando honorários advocatícios, antecipadamente, da declarante acima qualificada, para propositura de Ação de Indenização, proposta perante este r. Juízo, ressaltando os honorários de sucumbências.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2017.

JOSE ORISVALDO BRITO DA SILVA
OAB/PB 21.745







GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL
3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL - PATOS/PB
19ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA CIVIL - SOUSA/PB
2ª DELEGACIA DISTRITAL DE POLÍCIA CIVIL DE SOUSA/PB - GABINETE TITULAR

BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL N° 565/2016

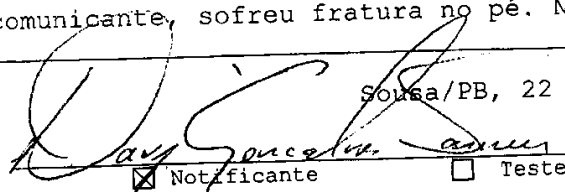
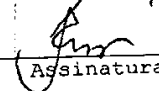
Ocorrência: ACIDENTE DE TRANSITO - LESÃO
Local Fato: SOUSA/PB Data do fato: 29/03/2016 hora: 11:30

Notificante: DAVI GONÇALVES SARMENTO, alcunha "DAVI",
Nacionalidade: brasileira, natural de: LASTRO/PB, idade: 31 anos,
nascido em 21/03/1985, cor/raça: *****, Estado Civil: Solteiro,
Profissão: COORDENADOR DE VIGILANCIA SANITARIA, Escolaridade:
alfabetizado, documento: CPF: 056124554-10, filiação: JOAO NESTOR
SARMENTO e de SONIA MARIA GONÇALVES SARMENTO, endereço: *****
SITIO JARDIM, 16, LASTRO/PB, referência: EM FRENTE A CAIXA D'ÁGUA.
Tel/Cel: (83) 98114-6037;

HISTORICO

O(a) notificante, após cientificado(a) das penalidades cominadas ao Art. 299 do CPB, declarou o SEGUINTE: Que no dia hora citados conduzia uma moto HONDA CG 150 FAN ESDI, ANO/MOD 2014/2014, COR VERMELHA, PLACA QFF 1088/PB, CHASSI 9C2KC1680ER584076 em nome da Prefeitura Municipal do Lastro, quando ao transitar na via publica nesta cidade, um homem conduzindo uma moto Bros, invadiu a preferencial e colidiu com o comunicante que veio ao solo; Que o outro condutor fugiu do local sem prestar socorro a vitima; Que o proprio comunicante foi buscar atendimento no hospital regional desta cidade não foi atendido por ter muita gente; Que voltou no outro dia aonde foi atendido; Que devido ao acidente, segundo o comunicante, sofreu fratura no pé. Nada mais a consignar.

Sousa/PB, 22 de JUNHO de 2016. Às 14:45 horas.


☒ Notificante ☐ Testemunha Arrogada

Assinatura do Policial responsável pelo registro
Cicera Alves
Matrícula: 168.611-9

POLÍCIA DISTRITO

Sob a responsabilidade do Del. Pol.: Francisco Claudio Beserra



<p>ESTADO DA PARAIBA SECRETARIA DE SAÚDE FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL: 1600030272</p>		<p>MATERIAS - MEDICAMENTOS - OUTROS</p>	
<p>UNIDADE PRESTADORA DE SERVIÇOS - UPS NOME: HOSPITAL DISTRITAL DEPUTADO MANOEL GONÇALVES DE ABRANTES ENDEREÇO: RUA - JOSE FACUNDO DE LIRA - S/N - CEP: CNE: 250453-7 CNPJ: ESTADO: PARAIBA UF: 25 MUNICÍPIO:</p>		<p>CARÁTER DO ATENDIMENTO</p> <p><input type="checkbox"/> 01 - ELETIVO <input checked="" type="checkbox"/> 02 - URGÊNCIA <input type="checkbox"/> 03 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA <input type="checkbox"/> 04 - ACIDENTE NO TRAFETO PARA O TRABALHO <input type="checkbox"/> 05 - OUTROS - TIPOS DE LESÕES OU ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS OU FÍSICOS</p>	
<p>DADOS DO PACIENTE</p> <p>NOME: DAM GONÇALVES SARMENTO PRONT.: 00019565 SEXO: M DN - IDADE: 21/03/1985 - 31 A.O. M 9 D RAÇA/COR: PARD MÃE: SONIA MARIA GONÇALVES SARMENTO OCUPAÇÃO NATURALIDADE: - - - - - SUSPRENATAL* CNS: 207044187080007 CPF: DOCUMENTO: ENDEREÇO: PRACA - DA MATRIZ - - CENTRO CONTATO: COMPLEMENTO: CEP: 58.820-000 ESTADO: PARAIBA MUNICÍPIO: LASTRO DATA: 30/03/2016 18:57:12 REGISTRADO: POR: Jose Fabio CÓDIGO DO MUNICÍPIO: 250840</p>		<p>PROCEDIMENTO - DESCRIÇÃO</p> <p><i>Paralisação de 100% D</i></p> <p>CID - 10</p> <p>ENCAMINHAMENTO</p> <p><input type="checkbox"/> OBSERVAÇÃO <input type="checkbox"/> RESIDÊNCIA <input type="checkbox"/> INTERNACÃO <input type="checkbox"/> OUTRO HOSPITAL <input type="checkbox"/> APLICADO <input type="checkbox"/> ÓBITO <input type="checkbox"/> OUTROS</p>	
<p>ANAMNESE E EXAME FÍSICO (SUMÁRIO)</p> <p><i>De acordo com o</i> <i>Dr. Fabiano</i> <i>Presidente do (SIC)</i></p>		<p>PROCEDIMENTOS REALIZADOS: CÓDIGO - CBO</p> <p><i>medicacao amb. pe</i></p>	
<p>EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE (TIPOS)</p> <p><i>R. H. F.</i> <i>Fabiano</i></p>		<p>ASSINATURAS DOS PROFISSIONAL ASSISTENTES, CARIMBO</p> <p><i>Dr. Fabiano</i> MEDICO - CBO 352.12 610 600103-87</p>	
<p>CNS</p>		<p>CBO</p>	
<p>CRM</p>		<p>OU POLEGAR DIREITO</p>	
<p>ASSINATURA DO ACOMPANHANTE / PACIENTE RESPONSÁVEL</p> <p><i>Dr. Fabiano</i></p>		<p>ASSINATURA DO REVISOR CLÍNICO - CARIMBO</p>	



Buscar no site

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

[Nova Consulta](#)

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3160552645 - Resultado de consulta por beneficiário**VÍTIMA** DAVI GONCALVES SARMENTO**COBERTURA** Invalidez**SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO** Comprev Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB**BENEFICIÁRIO** DAVI GONCALVES SARMENTO**CPF/CNPJ:** 05612455410**Posição em 02-06-2017 13:56:12**

Pedido de indenização cancelado.

ACESSIBILIDADE

[\(/Pages/Acessibilidade.aspx\)](/Pages/Acessibilidade.aspx)[\(/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx\)](/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx)

A A A O

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

[Documentos Despesas Médicas \(/Pages/Documentacao-Despesas-Medicais.aspx\)](/Pages/Documentacao-Despesas-Medicais.aspx)[Documentos Invalidez Permanente \(/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx\)](/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx)[Documento Morte \(/Pages/Documentacao-Morte.aspx\)](/Pages/Documentacao-Morte.aspx)[Dicas Indispensáveis \(/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx\)](/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)

PAGUE SEGURO

[Como Pagar \(/Pages/Pague-Seguro.aspx\)](/Pages/Pague-Seguro.aspx)[Consulta a Pagamentos Efetuados \(/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetuados.aspx\)](/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetuados.aspx)[Informações Gerais \(/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx\)](/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx)

ACOMPANHE O PROCESSO

[Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização. \(/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx\)](/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)

ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE SOUSA

7ª VARA MISTA

DESPACHO

Vistos etc.

1. À luz do CPC/2015, a gratuidade de justiça poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou consistir na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento (art. 98, § 5º). É possível, ainda, o parcelamento de despesas processuais (art. 98, § 6º).

2. Trata-se, conforme jurisprudência pacífica dos tribunais superiores, de presunção relativa, que exige, mesmo por isso, e sobretudo diante das possibilidades fixadas pela atual legislação processual, ônus às partes de pagar de acordo com suas reais possibilidades. O objetivo da inovação foi o afastamento da vetusta regra do “tudo ou nada” e da consequente possibilidade de caracterização do abuso de direito, em respeito à paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos, faculdades, ônus, deveres e sanções processuais que prescreve o art. 7º do NCPC.

3. No caso, ante a profissão informada e o valor indicado à causa que não chega a ser discrepante, havendo dúvida fundada sobre os pressupostos para a concessão da gratuidade, **determino** à parte autora que, em 15 (quinze) dias, comprove, por outros meios, o preenchimento dos pressupostos legais da gratuidade de justiça, ou, se for o caso, solicite a sua concessão na forma dos §§ 5º e 6º do mencionado art. 98.

Cumpra-se. Providências necessárias.

Sousa-PB, data e assinatura eletrônicas.





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
7ª Vara Mista de Sousa

PROCESSO Nº 0802402-88.2017.8.15.0371

PROCEDIMENTO COMUM (7)
[SEGURO]

AUTOR: DAVI GONCALVES SARMENTO
RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que intimo a parte autora do inteiro teor da sentença (ID do documento: 9623988).

Sousa – PB, 24/08/2018.



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA MISTA DA COMARCA DE SOUSA DO ESTADO DA PARAÍBA - PB.

Numeração única: 0802402-88.2017.8.15.0371

DAVI GONCALVES SARMENTO, já qualificado nos autos da ação que move em face de **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**, vem, por seu advogado, em atendimento ao r. despacho de id., requerer a juntada dos comprovantes de isenção de imposto de renda dos últimos três anos retirados do site da Receita Federal para comprovar a hipossuficiência da parte autora.

Face ao exposto, requer a concessão do benefício da gratuidade de justiça.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Paraíba, 19 de setembro de 2018.

José Orisvaldo Brito da Silva

OAB/RJ 57.069



Situação das Declarações IRPF 2016

Prezado Contribuinte (CPF 056.124.554-10),

DAVI GONCALVES SARMENTO

Sua declaração não consta na base de dados da Receita Federal.

Em Brasília - DF

19/09/2018

15:19

versão 01.20180815

Voltar



(javascript:window.print())

A Receita Federal agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui (<http://idg.receita.fazenda.gov.br/sobre/politica-de-privacidade>).

Atualize sua página (<http://idg.receita.fazenda.gov.br/sobre/politica-de-privacidade/aviso/2014/atualize-sua-pagina>) Versão: v.01R



Situação das Declarações IRPF 2017

Prezado Contribuinte (CPF 056.124.554-10),

DAVI GONCALVES SARMENTO

Sua declaração não consta na base de dados da Receita Federal.

Em Brasília - DF

19/09/2018

15:18

versão 01.20180815

Voltar



(javascript:window.print())

A Receita Federal agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui (<http://idg.receita.fazenda.gov.br/sobre/politica-de-privacidade>).

Atualize sua página (<http://idg.receita.fazenda.gov.br/sobre/politica-de-privacidade/avisos/2014/atualize-sua-pagina>) Versão: v.01R



Situação das Declarações IRPF 2018

Prezado Contribuinte (CPF 056.124.554-10),

DAVI GONCALVES SARMENTO

Sua declaração não consta na base de dados da Receita Federal.

Em Brasília - DF

19/09/2018

15:17

versão 01.20180815

Voltar



(javascript:window.print())

A Receita Federal agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui (<http://idg.receita.fazenda.gov.br/sobre/politica-de-privacidade>).

Atualize sua página (<http://idg.receita.fazenda.gov.br/sobre/politica-de-privacidade/avisos/2014/atualize-sua-pagina>) Versão: v.01R





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

COMARCA DE SOUSA

7ª VARA MISTA

Rua Francisco Vieira da Costa, s/n, Raquel Gadelha, CEP 58800970

e-mail sza.7vara@tjpb.jus.br; telefone (83)35226602

PROCESSO	0802402-88.2017.8.15.0371
	[SEGURO]
AUTOR	DAVI GONCALVES SARMENTO
RÉU	PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

DESPACHO

1-Diante da documentação apresentada, o caso é de deferimento da gratuidade.

2- Tendo em vista que demandas desta natureza normalmente exigem a produção de prova pericial para que as partes encontrem estímulos para se conciliar, à luz do princípio da duração razoável do processo e da eficiência, art. 5º, XXXVI, da CF e art. 8º cc. 139, II, ambos do NCPC, deixo de designar a incontinenti audiência de conciliação, que poderá ser aprazada em outro momento, na forma do art. 139, V, do NCPC.

3- Cite(m)-se a(s) parte(s) ré(s) para oferecer(em) contestação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia e de presunção de veracidade das alegações de fato formuladas na petição inicial (NCPC, art. 344).

4- Trata-se de ação de cobrança de seguro DPVAT, sendo imprescindível a realização de perícia, nesse sentido, nomeio como perito do juízo o médico DIEGO DOS SANTOS SANTIAGO. Fica autorizada a intimação por meio dos canais indicados pelo perito no sítio eletrônico do TJPB (diegosantiago_medicina@hotmail.com; 83-996814345, desde que ele acuse o recebimento. Frustrada a comunicação, notifique-se por carta com AR (Rua José Anacleto, 271, Uiraúna-PB), **sem prejuízo de sua substituição por outro expert pela serventia**, arbitrando seus honorários periciais em R\$ 200,00 (duzentos reais), em face da complexidade da prova e do local de sua



realização, a serem custeados pela Seguradora Líder, nos termos do Convênio 015/2014, facultada às partes a indicação de assistente técnico. Intime-se a seguradora acionada para efetuar o depósito dos honorários em cinco dias, salvo se já efetuado o depósito.

5- Intime-se o perito da nomeação, bem como para designar dia, hora e local para realização da perícia, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, de forma a possibilitar a intimação das partes.

6- Intimem-se as partes para, querendo, formularem quesitos e indicarem assistentes técnicos, no prazo de 15 (quinze) dias, caso já não tenham feito (art. 465, § 1º, NCPC).

7- Por outro lado, formulo os seguintes quesitos a serem respondidos pelo Perito:

7.1 – O autor é portador de invalidez permanente?

7.2 – Em caso positivo, em que consiste essa invalidez?

7.3 – A invalidez permanente é total ou parcial?

7.4 – Em sendo a invalidez permanente parcial, ela é completa ou incompleta?

7.5 – Sendo a invalidez permanente parcial incompleta as sequelas são de repercussão intensa, média, leve ou residual?

7.6 – Levando-se em consideração a Tabela anexa a Lei nº 6.194/74, qual o grau da invalidez?

8- As perícias serão agendadas em bloco, de acordo com a disponibilidade do perito, podendo, inclusive, serem realizadas excepcionalmente aos sábados, uma vez que constituem dia útil para efeitos legais (art. 216, NCPC) e visam salvaguardar os direitos das partes interessadas (art. 279, § 1º, LOJE).

9- Cumpridas as determinações acima, aguarde-se o agendamento da data para a realização da perícia.

10- Com o agendamento da perícia, intimem-se as partes, informando data, hora e local da produção da referida prova (art. 474, NCPC), devendo ser encaminhados os quesitos das partes e os quesitos usuais do Juízo. **O autor, que deverá ser intimado pessoalmente da data designada,** deverá apresentar documento de identificação oficial com foto e todos os exames de que dispõe acerca da enfermidade alegada.

11 – Juntado aos autos o laudo pericial, expeça-se alvará em favor do perito e intimem-se as partes para, no prazo comum de 05 (cinco) dias, se manifestarem e requererem o que entenderem de direito.

Cumpra-se. Intimações necessárias.

Sousa-PB, data e assinatura eletrônicas.

VINICIUS SILVA COELHO

Juiz de Direito





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE SOUSA
7ª VARA

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

0802402-88.2017.8.15.0371

AUTOR: DAVI GONCALVES SARMENTO

Advogado do(a) AUTOR: JOSE ORISVALDO BRITO DA SILVA - RJ57069

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO

Através do presente expediente, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) intimada(s) de todo o teor do despacho/decisão em anexo.

Sousa(PB), 15 de agosto de 2019

JOAO BATISTA ALVES DE ANDRADE

TEC. JUDICIÁRIO - mat. 4752341

Assinatura eletrônica

